



**MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA**  
**CÂMARA MUNICIPAL**

**CÂMARA MUNICIPAL**  
**DE**  
**PAMPILHOSA DA SERRA**

**DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 30/12/2013**  
(Contém folhas)

**ATA Nº 08**

*Estiveram presentes os seguintes membros:*

<b>Presidente:</b>	José Alberto Pacheco Brito Dias	(PSD)
<b>Vereador:</b>		
<b>Vereador:</b>	João dos Santos Alves	(PSD)
<b>Vereador:</b>	Isabel Alexandra dos Santos Tomé	(PSD)
<b>Vereador:</b>	Carlos Manuel Nunes Alegre	(PSD)

*Faltaram os seguintes membros:*

<b>Presidente:</b>		
<b>Vereadores:</b>	Jorge Alves Custódio	(PSD)



**MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA**  
**CÂMARA MUNICIPAL**

**REUNIÃO DE 30/12/2013**

**ATA Nº 08**

----- Aos trinta dias do mês de dezembro do ano dois mil e treze, nesta Vila de Pampilhosa da Serra, no edifício dos Paços do Concelho e Sala de Reuniões, realizou-se a reunião ordinária da Câmara Municipal de Pampilhosa da Serra, sob a presidência do Exmo. Senhor José Alberto Pacheco Brito Dias, na qualidade de Presidente, estando presentes os Vereadores, Senhores João dos Santos Alves, Isabel Alexandra Lopes dos Santos Tomé e Carlos Manuel Nunes Alegre. -----

----- A reunião foi secretariada por João Manuel Almeida Neves, Adjunto do Gabinete de Apoio à Presidência. -----

----- E sendo a hora designada para início dos trabalhos e verificando-se haver "quorum" para funcionamento do Órgão Executivo, tendo os membros presentes ocupado os seus lugares, o Senhor Presidente declarou aberta a reunião. -----

----- A Câmara Municipal deliberou por unanimidade justificar a falta de comparecimento à reunião do Sr. Vice-Presidente Jorge Alves Custódio, por se encontrar em gozo de licença de férias. -----

----- A ata da reunião ordinária do dia 09 de dezembro de 2013 foi aprovada por unanimidade. -----

**----- RESUMO DIÁRIO DE TESOURARIA -----**

----- Foi presente o Resumo Diário de Tesouraria respeitante ao dia 23 de dezembro de 2013, que apresenta os seguintes valores / total de disponibilidades: -----

----- De operações orçamentais: 979.531,77€ (novecentos e setenta e nove mil quinhentos e trinta e um euros e setenta e sete cêntimos); -----

----- De operações não orçamentais: 280.066,26€ (duzentos e oitenta mil, sessenta e seis euros e vinte e seis cêntimos), num total de: 1.269.564,79 €. -----

----- A Câmara Municipal tomou conhecimento. -----

----- O documento em apreço fica a fazer parte integrante desta ata. -----



## MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA CÂMARA MUNICIPAL

### 1 - INFORMAÇÕES DO SR. PRESIDENTE E DOS SENHORES VEREADORES

----- O Sr. Presidente informou o restante Executivo do seguinte: -----

----- Que, foi assinado o protocolo de cooperação com a ARS Centro, para a construção do novo Centro de Saúde em Pampilhosa da Serra e que a sua construção terá início no primeiro trimestre de 2014, prevendo-se que a conclusão, com os respetivos equipamentos, ocorra no primeiro semestre de 2015. -----

----- A obra conta com financiamento do Programa Mais Centro (85%). -----

----- Que, foi transferida a verba referente à comparticipação dos Pavilhões da Zona Industrial de Pampilhosa da Serra, no valor de 759.645,33 € (85%), proveniente dos Fundos Comunitários (QREN). -----

----- Que, o jantar de Natal da Câmara Municipal decorreu dentro da normalidade, tendo constituído um bom momento de convívio entre os funcionários e as suas famílias.

----- A Câmara Municipal tomou conhecimento. -----

### 2 - DIVISÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA

#### 2.1 - SECÇÃO FINANCEIRA

##### 2.1.1 - Aumento da Receita do IMI resultante do processo de avaliação geral da propriedade urbana - Redução de endividamento

----- O Sr. Presidente deu a conhecer ao restante Executivo, o seguinte ofício dirigido à Caixa Geral de Depósitos: -----

----- “ Nos termos do artigo 96º da Lei nº 66-B/2012, de 31 de dezembro, com a redação dada pela Lei nº 51/2013, de 24 de junho, é necessário o apuramento do aumento de receita do imposto municipal sobre imóveis (IMI), resultante do processo de avaliação geral dos prédios urbanos (AG) constante do Decreto-Lei nº 287/2003, de 12 de novembro, na redação que lhe foi dada pela Lei nº 60-A/2011, de 30 de novembro. Assim sendo, a variação da receita do IMI resultante do processo de AG é de 35.356,47, pelo que, a fim de dar cumprimento ao nº 4 do artº 96 da Lei nº 66-B/2012, de 31 de dezembro, venho por este meio solicitar a V.Exª, a amortização do valor apurado no nosso empréstimo nº 0582000214791 (1.496.393,69€), até ao dia 31 de dezembro de 2013 (...)” -----

----- Do resultado da consulta efetuada, foi debitada a conta na Caixa Geral de Depósitos, pelos seguintes valores: -----

----- Valor da amortização: 35.356,47 € (trinta e cinco mil trezentos e cinquenta e seis



## MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

### CÂMARA MUNICIPAL

euros e quarenta e sete cêntimos); -----

----- Valor da taxa bancária: 883,91 € (oitocentos e oitenta e três euros e noventa e um cêntimos); -----

----- A Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar e liquidar os encargos acima referidos. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e n.º 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

### 2.2 - SECÇÃO ADMINISTRATIVA

#### 2.2.1 - Portugaloffroad, unipessoal, Lda

- Pampilhosa da Serra 200 Passeio Todo o Terreno

- Pedido de isenção do pagamento de taxas

----- Foi presente a Informação nº 5/2013 dos Serviços de Secretaria, a emitir parecer favorável ao pedido de isenção do pagamento de taxas para o evento Pampilhosa da Serra 200 Passeio Todo o Terreno, a realizar no dia 28/12/2013, requerido pela empresa Portugaloffroad, unipessoal, Lda. -----

----- A Câmara Municipal deliberou por unanimidade ratificar. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e n.º 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

### 2.3 - SERVIÇOS JURÍDICOS

#### 2.3.1 - Pedido de alteração da titularidade do contrato de arrendamento da fração A do I Pavilhão, sito na Zona Industrial do Alto das Aldeias

----- Foi presente uma informação dos Serviços Jurídicos, do seguinte teor: -----

----- “ Em cumprimento do Despacho de V.Exª e considerando o teor do requerimento, subscrito pelo Senhor Carlos Alberto Fernandes Carlota, em 12/12/2013, anexo à presente, sou a informar: -----

----- O ora requerente vem, na qualidade de arrendatário da fração A do I Pavilhão, sito na Zona Industrial do Alto das Aldeias, em Pampilhosa da Serra, onde exerce a atividade de prestação de serviços de mecânica auto e de reboque, informar a autarquia que dentro em breve deixará de exercer a sua atividade profissional em nome individual. -----

----- Por ter constituído uma sociedade comercial por quotas denominada: “TAXI SIMÕES & CARLOTA, LDª”, da qual são sócios e gerentes o ora requerente e a sua esposa, vem solicitar que a titularidade do contrato de arrendamento da fração acima referida seja transferida para aquela sociedade “com todos os ónus e demais condições constantes do citado contrato de



## MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA CÂMARA MUNICIPAL

arrendamento", juntando os documentos seguintes (anexos à presente): -----

- - As duas últimas declarações de IRC; -----
- - Cartão de Cidadão nº 07586264 6 ZZ3 de Carlos Alberto Fernandes Carlota; -----
- - N.I.F Nº 173971822 de Maria Manuela dos Santos Cortês Simões; -----
- - B.I. Nº 7393964 de Maria Manuela dos Santos Cortês Simões; -----
- - Declaração da Segurança Social declarando a não existência de dívidas àquela instituição; -----
- - Certidão das Finanças certificando que a sociedade em questão tem a sua situação regularizada. -----

----- Ora, -----

----- resulta do documento que estabelece as **Normas de Utilização e Arrendamento das Frações do Pavilhão I sito na Zona Industrial do Alto das Aldeias, em Pampilhosa da Serra**, aprovado em reunião ordinária da Câmara Municipal realizada em 31/10/2006 e alterado por deliberação tomada em reunião ordinária da Câmara Municipal realizada em 14/08/2007, bem como do disposto na **Cláusula Oitava do contrato de arrendamento** em questão que: -----

----- " O Segundo Outorgante (ora requerente), não poderá subarrendar, comodatar, ceder ou, por qualquer outro meio, permitir o uso comercial dos espaços, objeto do arrendamento, por terceiros, total ou parcialmente, temporária ou definitivamente, a título gratuito ou oneroso, sem ceder, total ou parcialmente, a sua posição contratual, sem a concordância prévia da Câmara Municipal." -----

----- Consultada que foi a certidão permanente da sociedade comercial em questão, resulta que a mesma foi constituída em 10/07/2001 com o seguinte objeto social: "Transporte público de aluguer em veículos automóveis ligeiros de passageiros – táxi e transporte coletivo de crianças. Atividades de manutenção e reparação de veículos automóveis. Comércio de produtos, peças e acessórios para automóveis. Atividade de assistência de veículos na estrada, incluindo serviços de pronto-socorro"; obrigando-se a dita sociedade com a assinatura de um dos sócios gerentes. -----

----- Constatando-se, pois, que a sociedade em questão contempla, no seu objeto social, a atividade económica atualmente desenvolvida pelo ora requerente, na fração arrendada. -----

----- Pelo exposto, parece que a Câmara Municipal poderá, querendo, deferir a pretensão do requerente, mediante a celebração de contrato de cessão de posição contratual (cuja minuta se anexa, desde já ao presente, para apreciação), no qual aquela sociedade assumirá todos os ónus, encargos e responsabilidades constantes do contrato de arrendamento celebrado entre a Autarquia e o ora requerente em 1 de agosto de 2008. -

----- É quanto me cumpre informar, V.Exª superiormente decidirá." -----

----- Face ao exposto e depois de analisar, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade deferir a pretensão do requerente, mediante a celebração de contrato de cessão de posição contratual. Mais deliberou conceder poderes ao Sr. Presidente para assinar. -----



## MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

### CÂMARA MUNICIPAL

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e n.º 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

#### **2.3.2 - Candidatura de Arrendamento da Fração B do Pavilhão II da Zona Industrial Alto das Aldeias, pela Electric PP - Eletricidade e Comunicações, Lda**

----- Foi presente uma informação dos Serviços Jurídicos, do seguinte teor: -----

----- “ Vêm os Serviços Jurídicos informar, que por força da resolução do contrato de arrendamento celebrado com a sociedade “Tendência Cromática – Sociedade Unipessoal, Lda”, foram sanadas todas as anomalias do imóvel em questão e neste momento tem todas as condições para ser novamente arrendado. -----

----- Neste sentido, considerando o teor do requerimento, subscrito pelo Senhor Paulo Jorge Pires Barata, em 12/12/2013, Sócio Gerente da Sociedade por Quotas Electric PP – Eletricidade e Comunicações, Lda, com o NIF nº 508859310, vem solicitar ao Município de Pampilhosa da Serra, conceder-lhe o arrendamento da Fração B supramencionada. -----

----- Após análise do requerimento/candidatura anexos, cumpre informar o seguinte: -----

----- O ora requerente pretende dar continuidade à sua atividade comercial de instalação elétrica, montagem de eletricidade de baixa tensão, média tensão e telecomunicações, visando a centralização de toda a logística a ela inerente no concelho de Pampilhosa da Serra. -----

----- O requerente prevê a curto prazo a criação de mais 1 posto de trabalho, a afetar ao desenvolvimento daquela atividade, para além de 5 postos de trabalho já existentes. -----

----- Mais se informa, que consultada a certidão permanente da sociedade comercial em questão, resulta que a mesma foi constituída em 29/01/2009, com dois sócios: o ora requerente e esposa, Paula Cristina dos Santos Vicente Barata, obrigando-se a dita sociedade com a assinatura de um dos sócios gerentes. -----

----- Para dar cumprimento à formalização da candidatura, o requerente apresentou os documentos seguintes: -----

----- - As duas últimas declarações de IRC; -----

----- - Certidão das Finanças certificando que a sociedade em questão tem a sua situação regularizada; -----

----- - Cópia do cartão da empresa; -----

----- - Certidão permanente; -----

----- Não apresentando, contudo, a certidão de inexistência de dívidas à Segurança Social, sendo a mesma exigível em data anterior à da celebração do contrato de arrendamento, conforme Cláusula Décima Sexta das Normas de Utilização e Arrendamento das Frações do II Pavilhão da Zona Industrial do Alto das Aldeias, em Pampilhosa da Serra, aprovado em reunião da Câmara Municipal de Pampilhosa da Serra, realizada em 25/10/2011. -----

----- Pelo que, para os efeitos no disposto no nº 1 da Cláusula Décima Quinta a presente



## MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

### CÂMARA MUNICIPAL

*candidatura deverá ser submetida a apreciação do órgão Executivo Camarário, para deliberação, juntando-se, para o efeito: Requerimento, documentos anexos, cópia de documentos que estabelece as Normas de Utilização e Arrendamento das Frações do II Pavilhão da Zona Industrial do Alto das Aldeias, em Pampilhosa da Serra. -----*

----- Face ao exposto e depois de analisar, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade adjudicar o arrendamento da Fração B do Pavilhão II da Zona Industrial do Alto das Aldeias, à Electric PP – Eletricidade e Comunicações, Lda. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e n.º 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

#### **2.3.3 - Protocolo de Colaboração entre ao Município de Pampilhosa da Serra, a Liga de Melhoramentos da Freguesia de Pessegueiro e a Freguesia de Pessegueiro**

----- Foi presente um Protocolo de Colaboração, a celebrar entre o Município de Pampilhosa da Serra, a Liga de Melhoramentos da Freguesia de Pessegueiro e a Freguesia de Pessegueiro, que tem por objeto a atribuição de apoio financeiro no valor de 5.610,35 € (cinco mil seiscientos e dez euros e trinta e cinco cêntimos) à Liga de Melhoramentos da Freguesia de Pessegueiro, destinados a apoiar financeiramente a sua intervenção na implementação do programa de vigilância florestal no ano de 2013, na freguesia de Pessegueiro, tendo em vista a execução do PMDFCI - Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios em Pampilhosa da Serra, em colaboração com a Freguesia de Pessegueiro. -----

----- A Câmara Municipal, após análise, deliberou por unanimidade aprovar. -----

----- Mais deliberou conceder poderes ao Sr. Presidente para assinar. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e n.º 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

#### **2.3.4 - Protocolo de Colaboração com a ARS Centro (Construção do Centro de Saúde de Pampilhosa da Serra)**

----- Foi presente o Protocolo de Colaboração celebrado entre a Administração Regional de Saúde do Centro, IP, e o Município de Pampilhosa da Serra, do seguinte teor:-----

----- O atual Centro de Saúde de Pampilhosa da Serra, que integra o ACES Pinhal Interior, não reúne já as condições mínimas e indispensáveis para prestar à população que serve, com a qualidade que lhe é exigível, os pertinentes cuidados de saúde. -----



**MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA**  
**CÂMARA MUNICIPAL**

----- Nos termos do disposto no art.º 3.º do Decreto-Lei n.º 22/2012, de 30 de janeiro, as ARS, I.P têm como missão garantir à população da respetiva área geográfica de intervenção o acesso à prestação de cuidados de saúde de qualidade, adequando os recursos disponíveis às suas necessidades, podendo, para o efeito, colaborar entre si e com outras entidades do setor público ou privado, nomeadamente mediante a celebração de protocolos de colaboração. -----

----- A acessibilidade, ou seja, a possibilidade que os cidadãos têm de obter cuidados de saúde apropriados às suas necessidades, no tempo, no lugar e a um custo suportável de modo a melhorar o seu estado de saúde, é um imperativo constitucional e faz parte do código de criação do Serviço Nacional de Saúde sendo, por conseguinte, uma preocupação permanente do Ministério da Saúde e também do Município de Pampilhosa da Serra, no que à população do concelho, especificamente, diz respeito. -----

----- No entanto, as questões de acesso não dependem apenas de fatores internos de afetação de recursos em cada centro de saúde. Há condicionamentos externos, inerentes às próprias instalações/edificações e equipamentos existentes que constituem limitações incontornáveis à prestação dos cuidados e, como tal, devem ser melhorados e resolvidos.

----- Sendo certo que a funcionalidade, segurança e conforto das instalações são áreas de eleição para colocar em prática uma cultura de partilha de responsabilidades entre as estruturas centrais e locais da Administração Pública; -----

----- Considerando que tanto a Administração Regional de Saúde do Centro, IP quanto a Câmara Municipal da Pampilhosa da Serra assumem a saúde como um bem comum, decorrendo o contributo de cada instituição da sua especial capacidade, interesse ou disponibilidade; -----

----- Tendo em conta que a Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, estabelece, no seu art.º 2.º que constituem atribuições das autarquias locais a promoção e salvaguarda dos interesses próprios das respetivas populações, designadamente (de entre as demais referidas no n.º 2 do art.º 23.º) no domínio da saúde (al. g) do n.º 2 do art.º 23.º); -----

----- A que acresce, de acordo com o estatuído na al. r) do n.º 1 do art.º 33.º da mencionada Lei, que compete à Câmara Municipal, no âmbito das suas competências materiais, *“Colaborar no apoio a programas e projetos de interesse municipal, em parceria com entidades da administração central”*; -----

----- Estabelecendo, ainda, a al. u) do n.º 1 do mesmo art.º 33.º que compete à Câmara Municipal *“apoiar atividades de natureza social, cultural, educativa, desportiva, recreativa ou*





**MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA**  
**CÂMARA MUNICIPAL**

*outra de interesse para o município, incluindo aquelas que contribuam para a promoção da saúde e prevenção das doenças",* -----

----- Assume-se que -----

----- Os fundamentos de facto e de direito supracitados, aliados à circunstância de a ARS Centro, IP e o Município de Pampilhosa da Serra reconhecerem a necessidade de construir, de raiz, um novo Centro de Saúde na Pampilhosa da Serra, adequado à dimensão e necessidades de melhoria das condições de prestação de cuidados de saúde à população do concelho, justificam a colaboração técnica e financeira que ora se estabelece entre ambas as instituições. -----

----- Nesta conformidade, entre a -----

----- **Administração Regional de Saúde do Centro, IP**, com sede na Alameda Júlio Henriques, Apartado 1087, 3001-553 Coimbra, Pessoa Coletiva de Direito Público número 503 122 165, neste ato representada pelo Presidente do Conselho Diretivo, Dr. José Manuel Azenha Tereso, de ora em diante designada apenas por **Primeiro Outorgante**, --

----- e o -----

----- **Município de Pampilhosa da Serra**, pessoa coletiva de direito público número 506 811 883, com sede na Rua Rangel de Lima, 3320-229 Pampilhosa da Serra, neste ato legalmente representado pelo Presidente da Câmara Municipal, José Alberto Pacheco Brito Dias, adiante designado por **Segundo Outorgante**, -----

----- É ajustado e reciprocamente aceite o presente Protocolo de Colaboração, que se rege pelas cláusulas seguintes: -----

**CLÁUSULA PRIMEIRA**

*Objeto*

----- O presente Protocolo tem por objeto a regulação da cooperação técnica e financeira entre os outorgantes para a construção e equipamento do novo Centro de Saúde de Pampilhosa da Serra. -----

**CLÁUSULA SEGUNDA**

*Obrigações*

1. Constituem obrigações do Primeiro Outorgante, sem prejuízo das demais constantes do presente Protocolo, as seguintes: -----

----- a) Aprovar, com a assinatura do presente Protocolo, a adequação do terreno onde será implantado o edifício a afetar ao Centro de Saúde de Pampilhosa da Serra, designado por lote de terreno 3D, sito na Quinta de S. Martinho, inscrito na matriz predial urbana da freguesia de Pampilhosa da Serra sob o artigo n.º3130 e descrito na



## MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

### CÂMARA MUNICIPAL

Conservatória do Registo Predial de Pampilhosa da Serra sob o n.º4868, a favor do Município de Pampilhosa da Serra; -----

----- b) Aprovar, com a assinatura do presente Protocolo, o Programa Funcional em anexo, (Anexo I), dele fazendo parte integrante; -----

----- c) Aprovar o projeto de execução da empreitada apresentado pelo Segundo Outorgante, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da data da sua receção; -----

----- d) Referenciar ao Segundo Outorgante as características técnicas específicas do equipamento a adquirir, assim como emitir parecer acerca do relatório preliminar e relatório final de análise das propostas, no âmbito do procedimento de aquisição do dito equipamento, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, contados da data da sua solicitação; -----

----- e) Auditar, periodicamente, a execução do investimento, emitir relatórios e recomendações com base nas auditorias realizadas e dar a conhecer o seu conteúdo ao Segundo Outorgante, que os deverá considerar para boa prossecução dos trabalhos;

f) Garantir, junto do Programa Mais Centro, a prestação, em tempo útil, de todos os esclarecimentos solicitados, de modo que a candidatura apresentada pelo Município de Pampilhosa da Serra, tendo em vista o financiamento com fundos comunitários no montante de 85%, para execução de obras de construção e aquisição do equipamento do Centro de Saúde de Pampilhosa da Serra, possa ser devidamente aprovada. -----

2. Constituem obrigações do Segundo Outorgante, sem prejuízo das demais constantes do presente Protocolo, as seguintes: -----

----- a) Elaborar o projeto de execução da empreitada; -----

----- b) Afetar o terreno, melhor identificado na alínea a) do n.º1 da presente cláusula à construção do Centro de Saúde de Pampilhosa da Serra, dotando-o de todas as infraestruturas exteriores necessárias, bem como de acessos pavimentados; -----

----- c) Lançar todos os procedimentos concursais necessários à empreitada de construção, bem como à aquisição do equipamento, constante da listagem fornecida pelo Primeiro Outorgante, a qual se anexa ao presente protocolo (Anexo II) dele fazendo parte integrante; -----

----- d) Apresentar a candidatura para financiamento da construção e equipamento do Centro de Saúde, através do Programa Mais Centro, nos termos do convite n.º CENTRO--SAU--2013-09, Eixo Prioritário 2, Valorização do Espaço Regional, Regulamento Específico Saúde; -----

----- e) Promover a execução da empreitada nos termos da proposta adjudicada e caderno de encargos aprovado, no âmbito do competente procedimento concursal, cumprindo o projeto aprovado; -----



## MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

### CÂMARA MUNICIPAL

----- f) Proceder à execução dos arranjos exteriores do Centro de Saúde, incluídos no projeto de arranjos exteriores a aprovar. -----

#### CLÁUSULA TERCEIRA

##### *Fiscalização da obra*

----- A gestão, fiscalização e coordenação de segurança da obra serão asseguradas pelo Segundo Outorgante, em consonância com as recomendações emitidas pelo Primeiro Outorgante. -----

#### CLÁUSULA QUARTA

##### *Prazos*

----- O processo de construção e equipamento do Centro de Saúde da Pampilhosa da Serra ocorrerá durante a vigência dos prazos regulamentares estabelecidos pelo Mais Centro, no âmbito do QREN, não podendo exceder a data limite de 30/06/2015, tanto física como financeiramente. -----

#### CLÁUSULA QUINTA

##### *Responsabilidade Financeira da Obra*

----- O Segundo Outorgante assegura a contrapartida financeira nacional do investimento necessário à realização do projeto técnico de engenharia e à execução da obra, tendo em conta o investimento total, através de verbas inscritas nas seguintes rubricas do orçamento do Município de Pampilhosa da Serra: 0102/020214 e 0102/010307 e Plano Plurianual de Investimentos 02 221 2013/49 Aç 1 e 02 221 2013/49 Aç. 2. -----

#### CLÁUSULA SEXTA

##### *Responsabilidade Financeira do Equipamento*

1. Ao Primeiro Outorgante cabe assumir a despesa, reembolsando o Segundo Outorgante, com o valor da contrapartida financeira nacional do investimento da componente equipamento, cujo investimento total se estima em 135.694,60 €, acrescido de IVA à taxa legal de 23%, de acordo com o orçamento base, quantidades e características fornecidas pelo Primeiro Outorgante, constante do Anexo II, perfazendo o valor total de 166.904,36€, podendo ser inferior caso a proposta que vier a ser adjudicada também o seja; -----

2. Atento o valor mencionado no ponto anterior e a taxa de comparticipação máxima de 85%, prevista no aviso de candidatura n.º CENTRO-SAU-2013-09, Eixo Prioritário 2, Valorização do Espaço Regional, Regulamento Específico Saúde, o valor a reembolsar pelo Primeiro Outorgante ao Segundo é de 25.035,65 €, IVA incluído, podendo o mesmo



## MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

### CÂMARA MUNICIPAL

vir a ser alterado em função da aprovação de uma taxa de comparticipação inferior à referida ou de um valor de adjudicação diferente do estimado. -----

3. O Segundo Outorgante, após realização e validação da despesa, solicitará ao Primeiro Outorgante o valor referido no ponto 2, devendo ser efetuado o respetivo pagamento no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis, contados da data da solicitação. -----

#### CLÁUSULA SÉTIMA

##### *Propriedade dos bens móveis e imóvel*

----- O edifício construído e afeto ao Centro de Saúde de Pampilhosa da Serra permanecerá na esfera patrimonial do Município de Pampilhosa da Serra, que se compromete a cedê-lo gratuitamente, juntamente com o equipamento constante do Anexo II ao presente Protocolo, pelo período mínimo de cinquenta anos, à Administração Regional de Saúde do Centro, IP, em regime de comodato, nos termos dos artigos 1129.º e seguintes do Código Civil, sob condição de aí se manterem em funcionamento os serviços de saúde. -----

#### CLÁUSULA OITAVA

##### *Manutenção dos bens móveis e imóvel*

----- A manutenção, conservação e substituição dos bens móveis, bem como a manutenção e conservação do imóvel incumbe à Administração Regional de Saúde do Centro, IP, nas condições a estabelecer no competente contrato de comodato, referido na cláusula anterior, a qual assegurará todas as intervenções necessárias à sua boa conservação. -----

#### CLÁUSULA NONA

##### *Vigência*

----- O presente Protocolo produzirá efeitos à data da respetiva outorga e manter-se-á em vigor até integral execução. -----

#### CLÁUSULA DÉCIMA

##### *Revisões/Alterações*

1 - O presente Protocolo de Colaboração só pode ser objeto de revisão/alteração por acordo entre as Partes Outorgantes, no que se mostre estritamente necessário. -----

2 - Qualquer alteração ao disposto no presente Protocolo carece de deliberação tomada em sede de reunião dos órgãos competentes de cada uma das Partes Outorgantes. Tal alteração deverá ser concretizada em documento escrito, assinado pelos representantes legais das Partes, com expressa referência ao mesmo, constituindo sua adenda. -----

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA



**MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA**  
**CÂMARA MUNICIPAL**

*Norma Revogatória*

----- Com a entrada em vigor do presente Protocolo deverá considerar-se revogado o Contrato--Programa celebrado em 24/05/2011, ratificado em reunião da Câmara Municipal realizada em 31/05/2011. -----

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA**

*Casos Omissos*

----- Nos casos omissos, o presente Protocolo regular-se-á pela lei geral. -----

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA**

*Foro competente*

----- Para dirimir quaisquer conflitos emergentes da execução deste Protocolo os outorgantes acordam como competente o foro da Comarca de Coimbra. -----

----- Por corresponder à vontade das Partes, o presente Protocolo, constituído por sete páginas, vai ser rubricado e assinado, em duplicado, ficando cada um dos Outorgantes na posse de um exemplar. -----

Pampilhosa da Serra, 23 de dezembro de 2013 -----

**Pelo Primeiro Outorgante, -----**

(José Manuel Azenha Tereso, na qualidade de Presidente do Conselho Diretivo da ARSC, IP)-----

**Pelo Segundo Outorgante, -----**

(José Alberto Pacheco Brito Dias, na qualidade de Presidente da Câmara Municipal de Pampilhosa da Serra) -----

----- A Câmara Municipal deliberou por unanimidade ratificar o Protocolo de Colaboração. Mais deliberou por unanimidade e de acordo com a sua cláusula décima - primeira, revogar o Contrato Programa celebrado em 24/05/2011, o qual foi ratificado em reunião da Câmara Municipal realizada em 31/05/2011. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e n.º 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

- 2.3.5 - Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Pampilhosa da Serra**  
**- Pedido de apoio**



## MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

### CÂMARA MUNICIPAL

----- Foi presente uma carta da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Pampilhosa da Serra, com a referência nº 1736, datada de 23/12/2013, do seguinte teor: --

----- *" Com muito esforço e dedicação temos conseguido implementar as medidas necessárias ao regular funcionamento do nosso Corpo de Bombeiros. -----*

----- *Sempre que decidimos, procuramos que as nossas iniciativas sejam auto sustentáveis e geradoras de mais-valia, mas infelizmente nem sempre isso é conseguido. Se é verdade que no âmbito da saúde os serviços por nós prestados geral receitas suficientes para fazer face às despesas, já no domínio da proteção civil tal não acontece. -----*

----- *O ano que agora está prestes a terminar mostrou-se particularmente difícil, contudo nunca desistimos e mantivemos sempre presente uma gestão rigorosa sem perdemos de vista a ideia fundamental de que para servir com competência temos que ter um corpo de bombeiros com muita formação e dotados dos necessários equipamentos. -----*

----- *Investimos e muito em formação mas também em equipamentos, desde logo em equipamentos de proteção individual, pois o nosso corpo ativo ainda continua com muitas lacunas a este nível. -----*

----- *Perante este quadro de dificuldades e a nossa incapacidade de gerar receitas para fazer face aos nossos compromissos de gestão corrente, vimos nesta ocasião solicitar a V.Ex<sup>a</sup> se digne conceder-nos, a título excecional, um subsídio para despesas de funcionamento no valor de 43.000,00 € (quarenta e três mil euros). -----*

----- *Pela nossa parte assumimos o compromisso de continuarmos a lutar pela concretização dos objetivos estatutários desta Associação, sempre com respeito pelos indispensáveis princípios do rigor e da transparência. (...)". -----*

----- Face ao exposto e depois de analisar, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade conceder um subsídio no valor de 43.000,00 € (quarenta e três mil euros) à Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Pampilhosa da Serra, mediante Protocolo. Mais deliberou conceder poderes ao Sr. Presidente para assinar. -----

----- O Sr. Vereador João dos Santos Alves ausentou-se da sala, por estar impedido por Lei. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e nº 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

#### 2.4 - RECURSOS HUMANOS

2.4.1 - Proposta para que o Executivo delibere sobre o montante máximo a afetar para os seguintes encargos: Recrutamento de novos postos de trabalho; Alteração do posicionamento remuneratório; Prémios de desempenho

----- Proposta do Sr. Presidente: -----



## MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

### CÂMARA MUNICIPAL

----- Nos termos do artigo 5º do Decreto-Lei nº 209/2009, de 3 de setembro, que procedeu à adaptação à administração autárquica da Lei nº 12-A/2008, de 27 de fevereiro, alterada pela Lei nº 64-A/2008, de 31 de dezembro, e pela Lei nº 3-B/2010, de 28 de abril, que aprovou o Regime de Vinculação, Carreiras e Remunerações (LVCR) os orçamentos dos municípios preveem verbas destinadas a suportar os encargos previstos no nº 1 do artigo 7º da citada Lei nº 12-A/2008, de 27 de fevereiro. -----

----- Compete ao órgão executivo deliberar sobre o montante máximo de cada um dos seguintes encargos relativos ao Universo das carreiras e categorias previstas no mapa de pessoal: -----

----- 1 - Recrutamento de novos postos de trabalho necessários e não ocupados, no mapa de pessoal, alínea a), nº 6, Artº 7º; -----

----- 2 - Alteração do posicionamento remuneratório: alínea b), c) e d) do nº 6, Artº 7º: --

----- Não vai haver alterações da posição remuneratória. -----

----- 3 - Prémios de desempenho: -----

----- No ano de 2014, não serão atribuídos prémios de desempenho. -----

----- Face ao exposto e depois de analisar, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e nº 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

### 3 - DIVISÃO TÉCNICA DE OBRAS E URBANISMO

#### 3.1 - OBRAS PARTICULARES

##### 3.1.1 - Atualização de tabelas de taxas e licenças a aplicar aos Regulamentos Municipais

----- Foi presente uma Informação da Secção de Obras Particulares, do seguinte teor: --

----- " Considerando que os artigos 41º nº 1 do Regulamento Geral de Taxas Municipais, o artigo 50º nº 1 do Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação, o artigo 71º nº 1 do Regulamento de Abastecimento de Água e Saneamento do Município de Pampilhosa da Serra, artigo 43º nº 1 do Regulamento de Resíduos Sólidos Urbanos e de Higiene e Limpeza Pública do Município de Pampilhosa da Serra, artigo 14º nº 1 do Regulamento Municipal de Inspeção de Ascensores Monta-Cargas Escadas Mecânicas e Tapetes Rolantes, Regulamento de Licenciamento das Atividades Previstas no Decreto-Lei nº 264/2005, de 25 de novembro e Decreto-Lei nº 310/2002, de 28 de dezembro (transferências para as Câmaras Municipais de Competências dos Governos Cívicos), Regulamento do Parque de Campismo de Janeiro de Baixo, dispõem no sentido de as tabelas de preços de taxas e licenças neles constantes serem atualizadas anualmente em função do índice de preços do consumidor, sem habitação, publicado pelo I.N.E - Instituto Nacional de



## MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

### CÂMARA MUNICIPAL

*Estatística, resulta do mesmo a aplicação da taxa de 0,06%. -----*

*----- Propõe-se assim que a respetiva atualização seja sujeita à apreciação em reunião da Câmara Municipal. Levo a presente situação à consideração de V. Ex<sup>a</sup>. " -----*

*----- Face ao exposto e depois de analisar, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade não aplicar a referida taxa de 0,06%. -----*

*----- Nos termos do disposto no n.º 3 e n.º 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----*

### 3.2 – OBRAS PÚBLICAS

#### 3.2.1 – Reabilitação da Estação de Tratamento de Águas Residuais de Janeiro de Baixo \_ Liberação de caução

*----- Foi presente uma informação dos Serviços Técnicos de Obras, do seguinte teor: -----*

*----- “ Tendo em consideração o concurso para execução da empreitada “Reabilitação da Estação de Tratamento de Águas Residuais de Janeiro de Baixo”, a firma Calado & Duarte, Lda apresentou em 20/11/2013 um pedido de liberação das cauções prestadas para garantia da execução do contrato de empreitada em epígrafe e do exato e pontual cumprimento de todas as obrigações legais e contratuais que dele decorre para o Município.-----*

*----- O pedido foi formulado ao abrigo do disposto no Decreto-Lei nº 190/2012 de 22 de agosto. -*

*----- Nos termos e para os efeitos do nº 2 do artigo 4º do Decreto-Lei nº 190/2012 de 22 de agosto foi efetuada vistoria no dia 13 de dezembro de 2013 no local da empreitada, com a presença do representante do adjudicatário, Engº Paulo Jorge Mendes Calado. -----*

*----- Da citada vistoria foi lavrado auto, que se anexa e se dá aqui por integralmente reproduzido, tendo-se verificado que os trabalhos efetuados na empreitada não apresentam quaisquer anomalias. -----*

*----- Assim e atento ao atrás exposto, considera-se que estão verificadas as condições previstas no nº 5 do artigo 3º do Decreto-Lei nº 190/2012 de 22 de agosto, para serem libertados 15% do valor total das garantias iniciais existentes nos termos do disposto no nº 2 e nº 3 do mesmo diploma legal. -----*

*----- A empreitada goza das seguintes garantias: -----*

*----- 1) Garantia bancária nº 00346304, emitida pelo Banco Espírito Santo, S.A. em 19/11/2008 no montante de 4.734,85 €, tendo atualmente o valor de 1.183,71 €; -----*

*----- Nestes termos, a pretensão do empreiteiro reúne condições para ser satisfeita, propondo-se:*

*----- a) Redução do montante da garantia bancária nº 00346304 emitida em 19/11/2008 pelo Banco Espírito Santo, S.A., atualmente com o valor de 1.183,71 €, no montante de 710,23 €, passando a ter o valor de 473,48 €. À consideração superior. " -----*

*----- Face ao exposto e depois de analisar, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar. -----*





## MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

### CÂMARA MUNICIPAL

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e n.º 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

#### **3.2.2 - Plano de Aldeia de Fajão\_Acessibilidades\_Reabilitação Urbana\_Liberação de caução**

----- Foi presente uma informação dos Serviços Técnicos de Obras, do seguinte teor: ----

----- “ Tendo em consideração o concurso por ajuste direto para execução da empreitada “Plano de Aldeia de Fajão\_Acessibilidades\_Reabilitação Urbana”, a firma Calado & Duarte, Lda apresentou em 20/11/2013 um pedido de liberação das cauções prestadas para garantia da execução do contrato de empreitada em epígrafe e do exato e pontual cumprimento de todas as obrigações legais e contratuais que dele decorre para o Município.-----

----- O pedido foi formulado ao abrigo do disposto no Decreto-Lei nº 190/2012 de 22 de agosto. -

----- Nos termos e para os efeitos do nº 2 do artigo 4º do Decreto-Lei nº 190/2012 de 22 de agosto foi efetuada vistoria no dia 13 de dezembro de 2013 no local da empreitada, com a presença do representante do adjudicatário, Engº Paulo Jorge Mendes Calado. -----

----- Da citada vistoria foi lavrado auto, que se anexa e se dá aqui por integralmente reproduzido, tendo-se verificado que os trabalhos efetuados na empreitada não apresentam quaisquer anomalias. -----

----- Assim e atento ao atrás exposto, considera-se que estão verificadas as condições previstas no nº 5 do artigo 3º do Decreto-Lei nº 190/2012 de 22 de agosto, para serem libertados 30% do valor total das garantias iniciais existentes nos termos do disposto no nº 2 e nº 4 do artigo 3º do mesmo diploma legal. -----

----- A empreitada goza das seguintes garantias: -----

----- 1) Retenção de 8.830,50 € aquando do pagamento do auto de medição nº 1 e nº 2, tendo atualmente o valor de 6.181,35 €;-----

----- Nestes termos, a pretensão do empreiteiro reúne condições para ser satisfeita, propondo-se:

----- a) Devolução do montante de 2.649,15 €, retido aquando do pagamento do auto de medição nº 1 e nº 2. À consideração superior. “ -----

----- Face ao exposto e depois de analisar, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e n.º 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

#### **3.2.3 - Reparação da Estrada Municipal entre Janeiro de Baixo e Esteiro \_ Liberação de caução**

----- Foi presente uma informação dos Serviços Técnicos de Obras, do seguinte teor: ----

----- “ Tendo em consideração o concurso por ajuste direto para execução da empreitada



## MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

### CÂMARA MUNICIPAL

*“Reparação da Estrada Municipal entre Janeiro de Baixo e Esteiro”, a firma Calado & Duarte, Lda apresentou em 20/11/2013 um pedido de liberação das cauções prestadas para garantia da execução do contrato de empreitada em epígrafe e do exato e pontual cumprimento de todas as obrigações legais e contratuais que dele decorre para o Município.*

----- O pedido foi formulado ao abrigo do disposto no Decreto-Lei nº 190/2012 de 22 de agosto. -

----- Nos termos e para os efeitos do nº 2 do artigo 4º do Decreto-Lei nº 190/2012 de 22 de agosto foi efetuada vistoria no dia 13 de dezembro de 2013 no local da empreitada, com a presença do representante do adjudicatário, Engº Paulo Jorge Mendes Calado.

----- Da citada vistoria foi lavrado auto, que se anexa e se dá aqui por integralmente reproduzido, tendo-se verificado que os trabalhos efetuados na empreitada não apresentam quaisquer anomalias.

----- Assim e atento ao atrás exposto, considera-se que estão verificadas as condições previstas no nº 5 do artigo 3º do Decreto-Lei nº 190/2012 de 22 de agosto, para serem libertados 15% do valor total das garantias nos termos do disposto no nº 2 e nº 4 do artigo 3º do mesmo diploma legal.

----- A empreitada gozou das seguintes garantias:

----- 1) Garantia bancária nº GAR/08305734, emitida pelo Banco BPI, S.A. em 22/07/2008 no montante de 1.346,50 €, tendo atualmente o valor de 336,63 €;

----- Nestes termos, a pretensão do empreiteiro reúne condições para ser satisfeita, propondo-se:

----- a) Redução do montante da garantia bancária nº GAR/08305734 emitida em 22/07/2008 pelo Banco BPI, S.A. atualmente com o valor de 336,63 €, no montante de 201,98 €, passando a ter o valor de 134,65 €. À consideração superior. “

----- Face ao exposto e depois de analisar, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar.

----- Nos termos do disposto no nº 3 e nº 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta.

#### **3.2.4 – Reparação da Estrada Municipal entre EN 112 e Aldeias \_ Liberação de caução**

----- Foi presente uma informação dos Serviços Técnicos de Obras, do seguinte teor: ---

----- “ Tendo em consideração o concurso por ajuste direto para execução da empreitada “Reparação da Estrada Municipal entre EN 112 e Aldeias”, a firma Calado & Duarte, Lda apresentou em 20/11/2013 um pedido de liberação das cauções prestadas para garantia da execução do contrato de empreitada em epígrafe e do exato e pontual cumprimento de todas as obrigações legais e contratuais que dele decorre para o Município.

----- O pedido foi formulado ao abrigo do disposto no Decreto-Lei nº 190/2012 de 22 de agosto. -

----- Nos termos e para os efeitos do nº 2 do artigo 4º do Decreto-Lei nº 190/2012 de 22 de agosto foi efetuada vistoria no dia 13 de dezembro de 2013 no local da empreitada, com a presença do



## MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

### CÂMARA MUNICIPAL

representante do adjudicatário, Engº Paulo Jorge Mendes Calado. -----

----- Da citada vistoria foi lavrado auto, que se anexa e se dá aqui por integralmente reproduzido, tendo-se verificado que os trabalhos efetuados na empreitada não apresentam quaisquer anomalias. -----

----- Assim e atento ao atrás exposto, considera-se que estão verificadas as condições previstas no nº 5 do artigo 3º do Decreto-Lei nº 190/2012 de 22 de agosto, para serem libertados 15% do valor total das garantias nos termos do disposto no nº 2 e nº 4 do artigo 3º do mesmo diploma legal. -----

----- A empreitada gozou das seguintes garantias: -----

----- 1) Garantia bancária nº GAR/08305737, emitida pelo Banco BPI, S.A. em 22/07/2008 no montante de 835,50 €, tendo atualmente o valor de 208,88 €; -----

----- Nestes termos, a pretensão do empreiteiro reúne condições para ser satisfeita, propondo-se:

----- a) Redução do montante da garantia bancária nº GAR/08305737 emitida em 22/07/2008 pelo Banco BPI, S.A. atualmente com o valor de 208,88 €, no montante de 125,33 €, passando a ter o valor 83,55 €. À consideração superior. " -----

----- Face ao exposto e depois de analisar, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e nº 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

#### 3.2.5 – Receção definitiva e libertação de caução

#### Reparação da Estrada Municipal entre Portela de Unhais e o PT

#### Adjudicatário: Calado & Duarte, Ldª

----- Foi presente uma informação dos Serviços Técnicos de Obras, do seguinte teor: -----

----- " Em 13/12/2013 foi efetuada vistoria aos trabalhos abrangidos pela empreitada em epígrafe. -----

----- Conforme consta do auto de vistoria anexo, não foram detetadas quaisquer anomalias pelo que os trabalhos poderão ser rececionados definitivamente. -----

----- Para cumprimento do contrato inicial e reforço de caução, foi apresentada a garantia bancária nº GAR/08302612, emitida pelo Banco BPI, S.A. em 02/04/2008 no montante de 4.041,00 €. -----

----- Por deliberação em reunião de Câmara de 30/04/2013 foi reduzido o montante da garantia bancária nº GAR/08302612, emitida pelo Banco BPI, S.A. em 02/04/2008 para o montante de 404,10 €. -----

----- Nestes termos e tendo em consideração o atrás referido, entende-se que estão reunidas as condições necessárias para homologação do auto de receção definitiva anexo e libertada a garantia bancária acima mencionada. À consideração superior. -----



## MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

### CÂMARA MUNICIPAL

----- Face ao exposto e depois de analisar, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e n.º 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

#### **3.2.6 – Receção definitiva e libertação de caução** **Reparação da Estrada Municipal para o Arranhadouro** **Adjudicatário: Calado & Duarte, Ldª**

----- Foi presente uma informação dos Serviços Técnicos de Obras, do seguinte teor: ----  
----- “ Em 13/12/2013 foi efetuada vistoria aos trabalhos abrangidos pela empreitada em epígrafe. -----

----- Conforme consta do auto de vistoria anexo, não foram detetadas quaisquer anomalias pelo que os trabalhos poderão ser rececionados definitivamente. -----

----- Para cumprimento do contrato inicial e reforço de caução, foi apresentada a garantia bancária nº GAR/08302611, emitida pelo Banco BPI, S.A. em 02/04/2008 no montante de 5.750,25€. -----

----- Por deliberação em reunião de Câmara de 30/04/2013 foi reduzido o montante da garantia bancária nº GAR/08302611, emitida pelo Banco BPI, S.A. em 02/04/2008 para o montante de 575,03€. -----

----- Nestes termos e tendo em consideração o atrás referido, entende-se que estão reunidas as condições necessárias para homologação do auto de receção definitiva anexo e libertada a garantia bancária acima mencionada. À consideração superior. -----

----- Face ao exposto e depois de analisar, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e n.º 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em mi

#### **3.2.7 - Receção definitiva e libertação de caução** **Revestimento de valetas na Estrada Municipal entre Fajão e Central Elétrica** **Adjudicatário: Calado & Duarte, Ldª**

----- Foi presente uma informação dos Serviços Técnicos de Obras, do seguinte teor: ----  
----- “ Em 13/12/2013 foi efetuada vistoria aos trabalhos abrangidos pela empreitada em epígrafe. -----

----- Conforme consta do auto de vistoria anexo, foram detetadas anomalias pelo que os trabalhos não poderão ser rececionados definitivamente. -----

----- Nestes termos e tendo em consideração o atrás referido, entende-se que não estão reunidas as condições necessárias para aceitar definitivamente os trabalhos, propondo-se a homologação do



## MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

### CÂMARA MUNICIPAL

*auto de receção definitiva anexo e a não libertação da garantia bancária existente. À consideração superior.* -----

----- Face ao exposto e depois de analisar, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e n.º 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

#### **3.2.8 - Receção definitiva e libertação de caução**

**Revestimento de valetas na Estrada Municipal entre Casa do Guarda e Cruzamento para Vidual**

**Adjudicatário: Calado & Duarte, Lda**

----- Foi presente uma informação dos Serviços Técnicos de Obras, do seguinte teor: -----

----- “ Em 13/12/2013 foi efetuada vistoria aos trabalhos abrangidos pela empreitada em epígrafe. -----

----- Conforme consta do auto de vistoria anexo, foram detetadas anomalias pelo que os trabalhos não poderão ser rececionados definitivamente. -----

----- Nestes termos e tendo em consideração o atrás referido, entende-se que não estão reunidas as condições necessárias para aceitar definitivamente os trabalhos, propondo-se a homologação do auto de receção definitiva anexo e a não libertação da garantia bancária existente. À consideração superior. -----

----- Face ao exposto e depois de analisar, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e n.º 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

## **4 - DIVISÃO SÓCIO-CULTURAL E EDUCATIVA**

### **4.1 - EDUCAÇÃO**

#### **4.1.1 - Pedido de cedência de espaço - Terapia da Fala**

----- Foi presente uma carta, subscrita pela Terapeuta da Fala, Diana Costa, a comunicar que tem vindo a ser prestado apoio especializado, desde dezembro de 2012, a nível particular, a crianças do concelho de Pampilhosa da Serra, com necessidades a nível de Terapia da Fala, deslocando-se uma Terapeuta da Fala, semanalmente, ao concelho. Mais refere que o apoio tem sido, até ao momento, efetuado no agrupamento de escolas local ou na creche Casa da Criança (conforme a instituição de ensino da criança) que têm cedido um espaço. De momento, a Terapeuta que acompanha as crianças não tem



## MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

### CÂMARA MUNICIPAL

disponibilidade para realizar este apoio durante a semana, pelo que propõe a realização do mesmo ao sábado. -----

----- Assim sendo, pretende saber a possibilidade de realizar as referidas sessões nalgum espaço cedido pela Câmara, sem prejuízo para qualquer atividade do município, no referido dia. A proposta de horário é a seguinte: sábado, entre as 9h e as 13h, a iniciar assim que possível, uma vez que a interrupção do apoio é extremamente prejudicial, quer em termos de evoluções, quer em termos de possíveis regressões. -----

----- Face ao exposto e depois de analisar, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade disponibilizar uma sala para as sessões de Terapia da Fala no Edifício Monsenhor Nunes Pereira, ao sábado, no horário proposto. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e n.º 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

#### **4.1.2 - Proposta para Comissão de Análise de Bolsas de Estudo ano letivo 2013/2014**

----- Foi presente uma informação dos Serviços de Educação, do seguinte teor: -----

----- “ No seguimento da apresentação das candidaturas à bolsa de estudo e tendo em conta o ponto 1 do artigo 8º do Regulamento das Bolsas de Estudo publicado em Diário da República a 10 de dezembro de 2008, venho por este meio propor que a Comissão de Análise seja constituída pelos seguintes elementos: -----

----- Drª Cristina Ventura, Drª Raquel Pereira, Drª Cláudia Almeida e Drª Célia Nunes (suplente). À Consideração superior.” -----

----- A Câmara Municipal, após análise, deliberou por unanimidade aprovar. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e n.º 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

#### **4.1.3 - Plano de Transição para a Vida Pós-escolar**

----- Foi presente uma informação da Divisão Sócio cultural e Educativa, do seguinte teor: -----

----- “ O Agrupamento de Escolas Escalada de Pampilhosa da Serra está a elaborar um Plano de Transição para a Vida Pós-escolar para a aluna Ana Cristina Garcia Jogo, uma jovem de 16 anos com Necessidades Educativas Especiais. -----

----- Este plano pretende dar uma resposta mais adequada às suas necessidades educativas, através do fomento de competências em contexto de trabalho. Deste modo, e no sentido de garantir os objetivos do referido plano, o Agrupamento solicitou ao Município de Pampilhosa da Serra autorização para a realização das atividades ocupacionais da jovem aluna na Lavandaria do Estádio Municipal, de segunda a quarta-feira, num total de 21 horas semanais, bem como a



## MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

### CÂMARA MUNICIPAL

*indicação de um interlocutor entre a Lavandaria e a Escola. -----*

----- Face ao exposto, coloca-se o assunto à apreciação de V.Ex<sup>a</sup>, sugerindo-se desde já como interlocutora a funcionária Maria João Martins de Almeida. À consideração superior."-----

----- Face ao exposto e depois de analisar, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e n.º 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

#### 4.2 – AÇÃO SOCIAL

##### 4.2.1 – Proposta de continuidade de apoio

##### - Agregado de Maria de Fátima Moreira Cortez

----- Foi presente uma informação do Gabinete de Ação Social, do seguinte teor: -----

----- “ No seguimento da proposta efetuada a 4 de novembro de 2011, referente a um apoio mensal no valor de 100,00 € ao agregado familiar de Maria de Fátima Moreira Cortez, e aprovado em reunião de Câmara de 8 de novembro de 2011, e tendo em conta a informação interna nº 389 de 22/11/2012 (aprovada em reunião de Câmara de 27/11/2012), venho por este meio informar que a situação socio-habitacional do agregado se mantém, propondo assim que o apoio seja alargado por mais um ano (dezembro de 2013 a dezembro de 2014), ou por um período inferior, caso a sua habitação seja objeto de reabilitação antes do fim deste prazo. À consideração superior.” -----

----- Face ao exposto e depois de analisar, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e n.º 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

##### 4.2.2 – Antiga Escola Velha do Cabril

##### - Proposta da Senhora Vereadora

----- Tendo em conta que, aquando do levantamento dos prejuízos resultantes dos incêndios florestais, ocorridos no concelho de Pampilhosa da Serra, em 2005, foi sinalizada a situação do Sr. António Custódio que, na altura, residia numa casa antiga, sita na freguesia de Cabril (construção ainda em pedra e sem infraestruturas básicas) ao fim-de-semana, uma vez que trabalhava fora do concelho durante a semana; -----

----- Face à constatação de que este município ficara sem teto, foram estudadas alternativas para o seu realojamento, tentando que a resposta fosse encontrada na mesma freguesia. -----

----- Considerou-se, então, a possibilidade de o Município adquirir a antiga escola primária do Cabril, propriedade da Freguesia de Cabril, uma vez que a mesma se



## MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

### CÂMARA MUNICIPAL

encontrava devoluta, apesar de necessitar de algumas obras de adaptação, nomeadamente de casa de banho, colocação de bancada de cozinha e esquentador. -----

----- Efetivamente, por deliberação tomada em reunião de Câmara de 21/09/2005, o Município de Pampilhosa da Serra deliberou adquirir o dito edifício, à Freguesia de Cabril, pelo valor de 10.000,00 €, com o propósito de o afetar a casa de habitação e realojamento do Senhor António Custódio. -----

----- Realizadas que foram as ditas obras, foi o munícipe realojado, porque a urgência da situação o impunha, sendo que todo este processo foi acompanhado pelo Governo Civil. Nessa altura, tanto quanto me é dado a conhecer, o Governo Civil entregou também, ao dito munícipe, um apoio económico como forma de o ajudar diretamente, monitorizando a entrega da habitação. -----

----- De notar que as obras de adaptação não foram participadas por nenhuma instituição, tendo, paralelamente, sido concretizado o processo de aquisição e registo do imóvel em questão (inscrito sob o artigo 858 e descrito sob a ficha nº 2351, da Freguesia de Cabril), a favor do Município de Pampilhosa da Serra. -----

----- Ora, o certo é que, mesmo não havendo registo, nos serviços do Município, de qualquer acordo/contrato que tenha sido celebrado com o referido Senhor António Custódio, o mesmo ocupou o dito edifício, de 2005 a esta parte, muito pouco tempo. -----

----- Aliás, de há uns 4 anos a esta parte, pela informação recolhida junto dos habitantes locais, atento o volume da correspondência acumulada, crê-se que o senhor se encontra desaparecido, em parte incerta, não tendo voltado a residir no edifício em questão e impossibilitando o Município de lhe endereçar qualquer tipo de correspondência, por desconhecer o seu paradeiro. -----

----- Pelo exposto, considerando que o edifício em questão se encontra efetivamente devoluto, tendo em conta que existem pessoas no concelho que se encontram em situação de vulnerabilidade, assumindo-se também que *"a administração de bens imóveis compreende a sua conservação, valorização e rendibilidade, tendo em vista a prossecução do interesse público e a racionalização dos recursos disponíveis, de acordo com o princípio da boa administração"* (artº. 52º, do DL nº 280/2007, de 7 de agosto) que preconiza que a gestão, utilização e alienação de bens imóveis devem ser realizados de acordo com a ponderação dos custos e benefícios e que, o Município carece e tomar posse efetiva daquele imóvel, tendo em vista a prossecução dos fins públicos e das atribuições a que está adstrito, **sugiro que tal imóvel regresse à posse efetiva do Município de Pampilhosa da Serra, que o afetará à prossecução das suas atribuições, atentas as competências que lhe são conferidas por Lei, no âmbito da gestão dos bens imóveis do seu domínio privado.** -----

----- Mais sugiro que, por mera cautela, seja afixado Edital, na porta de entrada do edifício, no sentido de ser dada a devida publicidade à deliberação que for tomada a este





## MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

### CÂMARA MUNICIPAL

propósito, pela Câmara Municipal, dando-se também possibilidade ao Senhor António Custódio de, querendo, vir alegar o que tiver por conveniente. -----

----- Face ao exposto e depois de analisar, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar a proposta da Senhora Vereadora, de que o referido imóvel regresse à posse efetiva da Município de Pampilhosa da Serra, que o afetará à prossecução das suas atribuições, atentas as competências que lhe são conferidas por Lei, no âmbito da gestão dos bens imóveis do seu domínio privado. -----

----- Face ao exposto e depois de analisar, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e n.º 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

#### PERÍODO ABERTO AO PÚBLICO

----- A Câmara Municipal, concedeu uma hora de período aberto ao público, de acordo com o estabelecido no Decreto-Lei nº 75/2013, de 12 de setembro. -----

----- Esgotado que foi o tempo e não tendo aparecido nenhum munícipe, o Sr. Presidente deu por terminado o período aberto ao público. -----

#### VOTOS DE BOM ANO 2014

----- Face ao ano que termina, o Sr. Presidente formulou votos de um Bom Ano de 2014 ao restante Executivo, extensivo às respetivas famílias, com muita saúde e na esperança de podermos atingir os nossos objetivos. -----

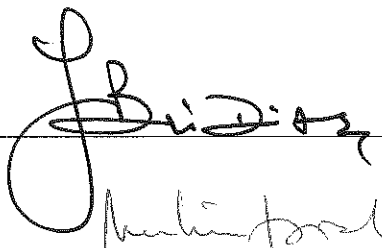
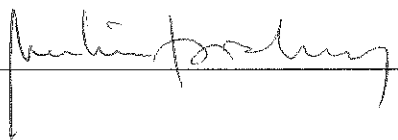
----- Os Senhores Vereadores agradeceram e reiteraram os votos de um Bom Ano para todos. -----



**MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA**  
**CÂMARA MUNICIPAL**

**ENCERRAMENTO**

----- Não havendo outros assuntos a tratar, o Senhor Presidente declarou encerrada a reunião, eram onze horas, pelo que de tudo e para constar se lavrou a presente ata, que depois de lida e aprovada por unanimidade, foi assinada pelo Sr. Presidente, José Alberto Pacheco Brito Dias e por mim, Maria Olímpia da Costa Antunes Lucas, Assistente Técnica, que a subscrevi. -----

  
\_\_\_\_\_  
  
\_\_\_\_\_